

AUTISMO NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

AUTISM IN PUBLIC SCHOOLS: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

Ciências Humanas • 13/03/2024

REGISTRO DOI: [10.5281/zenodo.10815609](https://doi.org/10.5281/zenodo.10815609)

Inês Ambrosim¹

Lucinéia Ambrosim²

RESUMO

O autismo é um transtorno do desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação, interação social e comportamento. A inclusão de crianças e jovens autistas nas escolas públicas tem sido uma pauta importante nos últimos anos, visando garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação para todos. No entanto, a inclusão de alunos com autismo na escola pública apresenta desafios persistentes. Um dos principais desafios é a falta de conhecimento e compreensão sobre o transtorno por parte dos professores e demais profissionais da educação. Muitas vezes, os educadores não estão preparados para lidar com as necessidades específicas desses alunos, o que pode resultar em dificuldades de aprendizado e inclusão social. Além disso, as escolas públicas muitas vezes não possuem recursos e estrutura adequados para atender às necessidades dos alunos autistas. A falta de profissionais especializados, salas de recursos e materiais adaptados dificulta a promoção de um ambiente inclusivo e estimulante. Apesar dos desafios, a inclusão de alunos com autismo na escola pública é fundamental. A educação inclusiva proporciona a oportunidade de desenvolvimento acadêmico e social, além de promover a diversidade e o respeito às diferenças. Para garantir uma inclusão efetiva, é necessário investir na formação e capacitação dos profissionais da educação, criar estratégias de adaptação curricular, disponibilizar recursos e suportes adequados e promover a conscientização e o respeito por parte de toda a comunidade escolar. Os resultados destacam a necessidade contínua de discussão em relação à inclusão e enfatizam a importância da implementação de políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades educacionais para todos. O estudo busca contribuir para a plena consolidação da inclusão como um princípio

fundamental.

Palavras-chave: Inclusão. Desafios. Escola Pública.

ABSTRACT

Autism is a neurodevelopmental disorder that affects communication, social interaction, and behavior. The inclusion of autistic children and young people in public schools has been an important topic in recent years, aiming to guarantee equal opportunities and access to education for all. However, the inclusion of students with autism in public schools presents persistent challenges. One of the main challenges is the lack of knowledge and understanding about the disorder on the part of teachers and other education professionals. Often, educators are not prepared to deal with the specific needs of these students, which can result in learning difficulties and social inclusion. In addition, public schools often lack the resources and structure necessary to meet the needs of autistic students. The lack of specialized professionals, resource rooms, and adapted materials hinders the promotion of an inclusive and stimulating environment. Despite the challenges, the inclusion of students with autism in public schools is fundamental. Inclusive education provides opportunities for academic and social development, as well as promoting diversity and respect for differences. To ensure effective inclusion, it is necessary to invest in the training and development of education professionals, create curricular adaptation strategies, provide adequate resources and support, and promote awareness and respect from the entire school community. The results highlight the ongoing need for discussion regarding inclusion and emphasize the importance of implementing public policies that guarantee equal educational opportunities for all. The study seeks to contribute to the full

consolidation of inclusion as a fundamental principle.

Keywords: Inclusion. Challenges. Public School.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento de uma pessoa. O autismo é uma realidade cada vez mais presente nas escolas públicas, o que requer uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos estudantes autistas e a implementação de estratégias adequadas para promover sua inclusão e sucesso acadêmico. Este artigo discutirá os desafios e as oportunidades relacionadas ao autismo na escola pública, bem como estratégias eficazes para apoiar os alunos com TEA.

Alunos autistas podem ter perfis de aprendizagem diferentes, o que requer abordagens pedagógicas individualizadas. Eles podem apresentar desafios em áreas como leitura, escrita, matemática e habilidades sociais, estratégias de ensino adaptadas pensadas para atender às suas necessidades específicas. Cada aluno autista é único, portanto, é essencial fornecer apoio individualizado para atender às suas necessidades específicas. Isso pode incluir planos de ensino individualizados (PEIs), que descrevem como obrigatórios, metas educacionais e estratégias de suporte.

Neste tema, abordar-se-á a questão do autismo no contexto da escola pública, destacando os desafios enfrentados por alunos com autismo, bem como as oportunidades de inclusão e desenvolvimento educacional que podem ser oferecidas. O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a comunicação,

interação social e comportamento das pessoas, e sua presença nas salas de aula exige atenção especial por parte dos profissionais da educação. Sendo assim, o problema da pesquisa é: Quais desafios são enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com Espectro Autista na escola de ensino regular?

Muitos professores podem não estar familiarizados com as características e necessidades específicas dos alunos com autismo. Isso pode dificultar a identificação precoce do TEA e a implementação de estratégias adaptadas de ensino e suporte. O currículo escolar muitas vezes não está adaptado para atender às necessidades dos alunos com autismo, dessa forma é necessário ajustar as atividades e conteúdos para torná-los acessíveis e experimentais para esses alunos, garantindo que eles possam se envolver e aprender de maneira eficaz.

O objetivo geral da pesquisa é compreender os desafios e os avanços dos alunos autistas inseridos nas escolas regulares. Os objetivos específicos são: verificar os motivos da dificuldade de incluir o aluno autista nas escolas de ensino regular; investigar se a falta de investimento na formação dos professores contribui para o despreparo para lidar com aluno autista; identificar os avanços no decorrer do processo de inclusão de pessoas com autismo nas escolas de ensino regular.

Ao explorar o tema "Autismo na Escola Pública: Desafios e Oportunidades", busca-se fornecer insights sobre a importância da inclusão e do apoio adequado às necessidades educacionais dos alunos autistas, bem como desenvolver estratégias eficazes que podem ser adotadas para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Uma justificativa para abordar esse tema reside nos desafios enfrentados pelos alunos com autismo na escola pública. A falta de conhecimento e compreensão sobre o TEA por parte dos professores e funcionários, bem como a escassez de recursos dificultam a inclusão efetiva desses alunos. Além disso, as dificuldades na interação social e a adaptação do currículo são obstáculos que precisam ser superados para garantir a igualdade de oportunidades educacionais.

As metodologias utilizadas na elaboração deste estudo foram empregadas com a intenção de propiciar um maior esclarecimento sobre o tema apresentado e a sua importância para a vida dos alunos das escolas regulares. A pesquisa será bibliográfica, que de acordo com Kahlmeyer-Mertens e outros (2007) é construída a partir de conteúdos que já foram publicados e tem a finalidade de transmitir verdade às circunstâncias pesquisadas.

O estudo será dividido em três capítulos. O primeiro irá discorrer sobre “A Educação Inclusiva no Brasil”, mostrando a trajetória da educação inclusiva no país e a Declaração de Salamanca. O segundo capítulo irá abordar considerações sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA, suas características e dificuldades. Por fim, o terceiro capítulo versará sobre os Desafios da Inclusão na Escola Pública, como dificuldades enfrentadas pelos docentes, a falta de formação adequada e a infraestrutura das instituições.

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação especial no Brasil passou por uma série de transformações ao longo dos anos, buscando garantir o direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência. Aqui está um

breve histórico da educação especial no país: Década de 1950 e 1960: Nesse período, a educação especial no Brasil era predominantemente baseada em abordagens segregacionistas. As pessoas com deficiência eram excluídas do sistema regular de ensino e eram encaminhadas para instituições especializadas, como escolas e internatos segregados (BITTENCOURT, 2016).

Década de 1970: O movimento em prol da inclusão começou a ganhar força no Brasil. Houve um aumento da conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, e várias organizações e grupos de pais e profissionais se mobilizaram para garantir a inclusão educacional (BITTENCOURT, 2016).

Década de 1980: Foi uma década marcada pela luta na inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito à educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência. Essa conquista foi seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estabeleceu as bases para uma educação inclusiva no país.

Década de 1990: Nessa década, foram implementadas políticas e diretrizes para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Surgiram as Salas de Recursos Multifuncionais, que são espaços nas escolas destinadas ao atendimento educacional especializado (BITTENCOURT, 2016).

Década de 2000: O governo brasileiro garantiu o compromisso com a educação inclusiva, investindo na formação de professores e na orientação das escolas para receber alunos com deficiência. Foi criado o Programa de Apoio à Educação Inclusiva (PAEI), que tinha

como objetivo fortalecer as políticas de inclusão e melhorar a qualidade da educação para todos (MAZZOTTA, 2015).

Década de 2010: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) foi ratificada pelo Brasil em 2008 e teve impacto significativo na educação especial. A Convenção garantiu o compromisso do país com a inclusão educacional e estabeleceu diretrizes claras para garantir o acesso igualitário à educação (MAZZOTTA, 2015).

Atualmente, a educação especial no Brasil continua a evoluir, com esforços contínuos para fortalecer a inclusão nas escolas e garantir que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando sua diversidade e promovendo a segurança de oportunidades.

1.1 Educação inclusiva e a Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca é um documento importante para a educação inclusiva e foi elaborado durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994. O objetivo principal dessa conferência foi promover a educação inclusiva como um direito fundamental de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e habilidades (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca afirma os princípios fundamentais da igualdade de oportunidades, participação, acesso e sucesso educacional para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Ela enfatiza que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas características individuais, e que a

inclusão deve ser o objetivo de todos os sistemas educacionais (UNESCO, 1994).

Além disso, a Declaração de Salamanca destaca a importância de adaptar o currículo, os ambientes físicos e pedagógicos, e de garantir o apoio e os recursos necessários para a inclusão efetiva de todos os alunos. Ela também enfatiza a necessidade de formação adequada de professores e de promover parcerias entre pais, comunidade e profissionais da área da educação (MENDES, 2012).

A Declaração de Salamanca influenciou muitos países a adotarem políticas e práticas voltadas para a educação inclusiva. No país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e outras políticas públicas foram influenciadas pelos princípios da Declaração de Salamanca, buscando garantir a inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades educacionais especiais nas escolas regulares (BRASIL, 2001).

No entanto, é importante ressaltar que a efetivação da educação inclusiva ainda é um desafio em muitos lugares, incluindo o Brasil. Ainda há muito a ser feito para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos, respeitando suas diferenças e necessidades individuais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica são um conjunto de orientações protegidas pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, com o objetivo de promover a inclusão e o atendimento educacional de qualidade para alunos com deficiência, transtornos altos globais do desenvolvimento e habilidades/superdotação. Essas diretrizes fornecem um referencial

para a formulação e implementação de políticas e práticas voltadas para a educação especial (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica foram instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Elas são pautadas pelos princípios da inclusão, equidade, participação, aprendizagem ao longo da vida e respeito à diversidade (BRASIL, 2009).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica têm como principal objetivo fornecer orientações e direcionamentos para os professores quando se deparam com a inclusão de crianças com deficiência na Educação Básica. O documento, intitulado "Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica", serve como um apoio para o ensino em todas as etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, abordando questões relacionadas à educação especial. Assim, entende-se por Educação Especial:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2009, p.1).

Entendendo, portanto, que cada indivíduo possui sua singularidade e que pensa, age e aprende de maneira distinta, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica enfatizam a importância de considerar as singularidades de cada criança, seus perfis e características. O documento busca construir uma educação baseada em princípios éticos e políticos, buscando garantir humanamente, valorizar as potencialidades e contribuir para o exercício da cidadania, respeitando as peculiaridades de cada criança (CUNHA, 2017).

Em resumo, as diretrizes orientam a pensar e implementar estratégias que solucionem problemas e possíveis dificuldades, sem excluir a criança e tratá-la como problemática. O aluno com Necessidades Educacionais Especiais deve ser visto em sua totalidade, a partir de suas capacidades, e não apenas em função de sua deficiência (CARNEIRO, 2011).

Ao mudar de foco no problema, as possíveis soluções devem receber atenção. Em outras palavras, é importante analisar as formas peculiares de aprendizado da criança, pois todos têm suas especificidades no processo de aprendizagem. O que deve ser considerado é o indivíduo como um todo, indo além de suas limitações.

Além disso, é fundamental ressaltar que o aluno com NEE's não deve ser visto como alguém que precisa se adaptar ao ambiente escolar. Pelo contrário, é responsabilidade da escola e de toda a comunidade escolar encontrar soluções e caminhos para garantir que todas as crianças, com sua diversidade, tenham igualdade de condições de aprendizagem na instituição de ensino (GIARDINETTO, 2015).

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei de Proteção aos Autistas ou Lei Berenice Piana, é um marco importante para a garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Essa lei estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, reconhecendo o autismo como uma deficiência (GIARDINETTO, 2015).

De acordo com a Lei, uma criança com Transtorno do Espectro Autista é aquela que apresenta deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, cumprindo com padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. A lei também assegura que todas as crianças com TEA têm o direito de frequentar a escola regular, e, se necessário, receber atendimento especializado (GIARDINETTO, 2015).

A lei estabelece que a criança com autismo, assim como as demais crianças, tem direito ao acesso à educação pública gratuita e ao direito de estar incluída em sala de aula regular. Além disso, quando orientado por laudo médico, o aluno com TEA tem direito a um acompanhante especializado para auxiliá-lo na instituição de ensino.

É importante ressaltar que essa lei representa um avanço significativo na inclusão das crianças com TEA na educação, garantindo seus direitos e igualdade de oportunidades. No entanto, a inclusão efetiva dessas crianças na sala de aula regular ainda é um desafio, e questões relacionadas ao autismo e à inclusão ainda precisam ser contempladas e abordadas de forma mais ampla.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta a forma como uma pessoa percebe e interage com o mundo ao seu redor. É considerado um espectro porque os sintomas e a gravidade variam amplamente de pessoa para pessoa. As principais características do TEA incluem dificuldades na comunicação verbal e não verbal, dificuldades na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas características geralmente se manifestam nos primeiros anos de vida e podem afetar o desenvolvimento e o funcionamento em várias áreas da vida (PRAÇA, 2011).

Uma desordem neurológica que afeta a capacidade do indivíduo de se comunicar ou estabelecer relações com as pessoas e o ambiente, apresentando restrições por atividades, além de abranger sintomas complexos que variam de indivíduo para indivíduo, necessita ser diagnosticado na mais tenra idade, haja vista, que o tratamento precoce pode influenciar no avanço do desenvolvimento da pessoa com deficiência. (COSTA, 2017, p.34).

Alguns dos sinais comuns do TEA incluem: dificuldade em manter o contato visual; dificuldades na comunicação, como atraso no desenvolvimento da linguagem, dificuldade em iniciar ou manter uma conversa e uso peculiar da linguagem; dificuldade em entender e responder às emoções dos outros; interesses intensos e restritos em determinados assuntos ou objetos; comportamentos repetitivos, como balançar o corpo, bater as mãos ou alinhar objetos; sensibilidade sensorial, podendo ser hipersensibilidade ou hiposensibilidade a estímulos sensoriais como luzes, sons, texturas ou cheiros (PRAÇA, 2011).

O diagnóstico do TEA é baseado em uma avaliação abrangente que considera a observação do comportamento, histórico de desenvolvimento e entrevistas com os pais ou cuidadores. Profissionais de saúde especializados, como psicólogos ou psiquiatras, geralmente estão envolvidos no processo de diagnóstico. Embora não haja cura para o TEA, intervenções precoces e abordagens terapêuticas podem ajudar a melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento das habilidades

necessárias para enfrentar os desafios associados ao transtorno (COSTA, 2017).

Cada pessoa com TEA é única, com pontos fortes e necessidades individuais, por isso é importante que o suporte seja adaptado às suas necessidades específicas. É fundamental ter em mente que o TEA não define uma pessoa. Cada indivíduo com TEA é único, com talentos, habilidades e perspectivas únicas para oferecer à sociedade. A aceitação, inclusão e compreensão são essenciais para promover uma sociedade mais inclusiva para todos (COSTA, 2017).

O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo médico austríaco Leo Kanner, que publicou um artigo intitulado "Autistic Disturbances of Affective Contact". Ele atendeu 11 crianças que apresentavam padrões de comportamento incomuns, incluindo dificuldades na interação social, padrões repetitivos de comportamento e dificuldades na comunicação (COSTA, 2017).

Na mesma época, o médico alemão Hans Asperger também estava estudando crianças com características semelhantes e descreveu um grupo de crianças com o que ele chamou de "psicopatia autista". No entanto, seus estudos permaneceram relativamente desconhecidos fora da Alemanha a década de 1980 (BITTENCOURT, 2016).

Durante muitos anos, o autismo foi considerado um transtorno raro e pouco compreendido. No entanto, nas últimas décadas, houve um aumento significativo na conscientização e compreensão do autismo. Os critérios diagnósticos foram refinados e o transtorno foi reconhecido como um espectro, o que significa que há uma ampla

variação na forma como se manifesta em diferentes indivíduos (BITTENCOURT, 2016).

Avanços na pesquisa científica fornecem uma melhor compreensão dos fatores subjacentes ao autismo. Atualmente, sabe-se que o autismo é uma condição com base neurobiológica, o que significa que envolve diferenças no desenvolvimento do cérebro e na conectividade neural. Embora a causa exata do autismo ainda não seja completamente compreendida, acredita-se que fatores genéticos e ambientais são alguns dos responsáveis pelo transtorno (COSTA, 2017).

O aumento da conscientização sobre o autismo levou a mudanças na forma como a sociedade percebe e aborda o transtorno. Houve um movimento em direção à inclusão e aceitação, com uma maior ênfase na promoção do potencial e das habilidades das pessoas com autismo (COSTA, 2017).

Hoje, organizações e grupos de defesa do autismo trabalham para aumentar a conscientização, fornecer suporte e promover a inclusão de indivíduos no espectro autista. Pesquisas continuam a ser realizadas para melhorar a compreensão do autismo e desenvolver intervenções eficazes que melhorem a qualidade de vida das pessoas com TEA e de suas famílias.

3. DESAFIOS DA INCLUSÃO NA ESCOLA PÚBLICA

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas públicas é um tema que tem recebido cada vez mais atenção e discussão na sociedade atual. A busca por uma educação inclusiva, que acolha e promova o desenvolvimento de todas as crianças, independentemente de suas diferenças, é um desafio

enfrentado por educadores, famílias e profissionais da área da saúde (CUNHA, 2017).

O primeiro desafio enfrentado na inclusão de autistas nas escolas públicas é a compreensão da diversidade dentro do espectro autista. O TEA abrange um amplo espectro de habilidades e necessidades, variando desde alunos com dificuldades de comunicação e interação social mais severas até aqueles que têm um alto funcionamento intelectual. Essa diversidade exige abordagens individualizadas e flexíveis para atender às necessidades específicas de cada aluno autista.

Outro desafio é a falta de formação adequada para os educadores lidarem com alunos autistas. Muitos professores não recebem treinamento específico sobre o TEA durante sua formação inicial ou contínua. A falta de conhecimento sobre as características do TEA e estratégias pedagógicas adequadas pode resultar em dificuldades na adaptação do currículo, na criação de um ambiente inclusivo e na implementação de estratégias de ensino eficazes.

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. E como fazer a inclusão? Primeiro, sem rótulos e, depois, com ações de qualidade [...] (CUNHA, 2017, p. 101).

A estrutura física e o ambiente escolar podem representar desafios para a inclusão de autistas. Por exemplo, salas de aula barulhentas, superlotadas ou com excesso de estímulos visuais podem ser aversivas e dificultar a concentração e o aprendizado dos alunos autistas. Além disso, a falta de assistência como salas de recursos multifuncionais, materiais adaptados e profissionais de apoio, pode dificultar a inclusão efetiva dos alunos autistas.

Não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo. Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas [...]. Os alunos necessitam encontrar na estrutura do ambiente a acolhida natural que estabelece uma disciplina espontânea, que não subjuga o espírito do homem, mas prepara-o para o aprendizado. Muitos chegam com a vida familiar conturbada. Ativos ou desconcentrados, abatidos ou alegres precisam ser cativados pelo espaço escolar [...]. (CUNHA, 2017, p. 100)

A interação social é uma área de desafio para muitos alunos autistas. Dificuldades na comunicação verbal e não verbal, na compreensão das emoções e na reciprocidade social podem dificultar a interação com os colegas de classe. A falta de compreensão e aceitação por parte dos colegas também pode levar ao isolamento social e à exclusão (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Para promover a inclusão efetiva de alunos autistas, é fundamental fornecer um ensino individualizado e suporte adequado. Isso pode incluir adaptações curriculares, uso de estratégias visuais, comunicação alternativa e aumentativa, apoio de profissionais especializados, entre outras medidas. No entanto, a falta de recursos e a demanda por um maior apoio individualizado podem ser um desafio para as escolas públicas, que muitas vezes enfrentam limitações financeiras e de pessoal (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

A inclusão de autistas nas escolas públicas apresenta desafios significativos, mas também representa uma oportunidade de promover uma educação mais inclusiva e igualitária. Superar esses desafios requer um esforço conjunto de educadores, famílias, profissionais da saúde e da educação, bem como um investimento adequado em formação, recursos e estrutura física adaptada (CUNHA, 2017).

A conscientização sobre as necessidades dos alunos autistas e a implementação de estratégias inclusivas são passos fundamentais para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

O processo de inclusão escolar das pessoas com TEA deve acontecer por meio de práticas pedagógicas voltadas ao cotidiano dos alunos, tendo por base suas experiências e ações do dia a dia, para a promoção do desenvolvimento da criança como pessoa e não como deficiente. Para isso, além do que simplesmente colocá-las dentro do espaço escolar, é preciso proporcionar uma aprendizagem significativa, baseada em suas potencialidades e práticas cotidianas [...]. (SANT'ANA; SANTOS, 2015, p.112).

Existem diversas estratégias inclusivas que podem ser adotadas para auxiliar alunos autistas na escola. É fundamental que os professores e demais profissionais da educação busquem conhecimento sobre o autismo, suas características e necessidades específicas. Isso ajudará a criar um ambiente mais acolhedor e a compreender melhor as dificuldades e habilidades dos alunos autistas (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

É importante adaptar o currículo e as atividades de acordo com as necessidades individuais do aluno autista. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como imagens e cronogramas, para facilitar a compreensão, ou a quebra de tarefas em etapas menores e mais claras (CUNHA, 2017).

Alunos autistas podem ter dificuldades na comunicação verbal. Nesses casos, é válido explorar estratégias de comunicação alternativa, como o uso de sistemas de comunicação por imagens, dispositivos de tecnologia assistiva ou gestos simples. Isso ajuda a

facilitar a expressão e compreensão dos alunos. Criar um ambiente físico estruturado e previsível é benéfico para alunos autistas. Isso pode ser feito através da organização visual dos espaços, com o uso de áreas delimitadas para diferentes atividades, além de estabelecer rotinas e horários claros (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Promover interações sociais positivas entre alunos autistas e seus colegas é importante. Pode-se incentivar a participação em atividades em grupo, promover a compreensão e empatia por meio de atividades educativas e estimular a colaboração entre os estudantes. Cada aluno autista é único, portanto, é importante oferecer um suporte individualizado de acordo com suas necessidades. Isso pode envolver a disponibilização de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais ou fonoaudiólogos, que possam auxiliar no desenvolvimento de habilidades específicas (CUNHA, 2017).

A colaboração entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão do aluno autista. A família pode fornecer informações valiosas sobre as necessidades do aluno e ajudar a criar estratégias que possam ser aplicadas tanto na escola quanto em casa. Essas são apenas algumas das estratégias inclusivas que podem ser adotadas para apoiar alunos autistas na escola. É necessário lembrar a importância de adaptar as estratégias de acordo com as necessidades individuais, sempre priorizando o respeito, a inclusão e o desenvolvimento pleno de cada estudante.

CONCLUSÃO

A inclusão de alunos autistas na escola pública é um desafio complexo, mas também uma oportunidade de promover a

igualdade de acesso à educação e o desenvolvimento pleno de cada indivíduo. Ao enfrentar os desafios mencionados e implementar estratégias eficazes, é possível criar um ambiente escolar inclusivo que apoie o aprendizado e o bem-estar dos alunos com TEA. O compromisso de toda a comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, pais e alunos, é essencial para garantir a inclusão bem-sucedida de estudantes autistas na escola pública.

Para superar os desafios e aproveitar as oportunidades, algumas medidas podem ser adotadas nas escolas públicas. É fundamental oferecer treinamento e capacitação para os professores, a fim de que possam compreender as necessidades específicas dos alunos autistas e utilizar estratégias de ensino inclusivas. Também é importante promover a colaboração entre professores, profissionais de apoio e famílias, trabalhando juntos para criar um plano educacional individualizado para cada aluno autista.

Em suma, o autismo na escola pública traz tanto desafios quanto oportunidades. Ao enfrentar os desafios com medidas adotadas, como treinamento especializado, aprendizagem no ambiente e planos educacionais individualizados, as escolas públicas podem criar um ambiente inclusivo que promova o desenvolvimento e o bem-estar de todos os alunos, incluindo os autistas. A inclusão efetiva e a valorização da diversidade enriquecem a experiência educacional e preparam os alunos para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Evaldo de Souza. **Políticas públicas para a educação básica no Brasil, descentralização e controle social** – limites e

perspectivas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ RJ, 2016. Disponível em: <http://www.lppbuenosaires.net/ppfh/documentos/teses/politicaspubllicas.pdf> Acesso em 03 de jun. 2023.

BRASIL, CNE/CEB 4/2009. **Diário Oficial da União, Brasília**, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 02 de jun. 2023.

_____, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC. Brasília/DF: 2001.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: Possibilidades e Limitações. RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular**: análise sobre as práticas pedagógicas. Coicó-RN: UFRN, 2017.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

GAUDERER, E. C. Apud PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Neuton/Downloads/AUTISMO%20REGULAR.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2023.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Comparando a interação social das crianças autistas**: as contribuições do programa TEACCH e do

currículo funcional natural. Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2015.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S.; FUMANGA, Mario; TOFFANO, Claudia Benevento; SIQUEIRA, Fabio. **Como elaborar projetos de pesquisa** – linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MENDES, E. G. **Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil**. São Carlos: EduFSCar, 2012.

SANT'ANA, Wallace; SANTOS, Cristiane. **Educação e Transtorno do Espectro Autista. Revista Temporis [ação]**. ISSN 2317-5516 | v.15 | n.2 | jul./dez. | 2015 | p.99-114. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/3603>. Acesso em: 09/06/2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 04 jun. 2023.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Educação Inclusiva e Especial

¹ E-mail do autor: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² E-mail do autor: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)